

CARUANA S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO,
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2024

CARUANA S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2024

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis



CARUANA

FIDES - HONOR - LABOR

Demonstrações Contábeis
30 de junho de 2024

Relatório da administração

Prezados Acionistas e Administradores,

Apresentamos para apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Caruana S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Caruana” ou “Sociedade”), relativas ao semestre findo em 30/06/2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

CENÁRIO MERCADO DE TRANSPORTE

O setor de transporte coletivo de passageiros sofreu significativos impactos durante a Pandemia do Coronavírus (Covid-19) devido à queda do número total de passageiros transportados e a obrigatoriedade de manutenção dos altos níveis de oferta para garantir o distanciamento social.

Observou-se nesse período, estendendo-se até o final do primeiro semestre de 2024, forte apoio do poder público com injeção de recursos nas empresas operadoras de mobilidade urbana por meio de subsídios visando mantê-las em operação, garantindo assim o adequado nível de serviço à população.

Importante observar que mesmo se tratando de serviço prestado por entidades privadas, estas apresentam a responsabilidade subsidiária (não solidária) do Estado, ou seja, em outras palavras e em última análise, nos casos de insolvência do concessionário há a responsabilidade subsidiária do poder concedente.

O exercício de 2023 confirmou a retomada das atividades do setor com melhora nos indicadores de desempenho dos operadores, como passageiro equivalente transportado e quilometragem total produzida, e recuperação na venda total de ônibus e micro-ônibus pelo segundo ano consecutivo. Após os difíceis anos de pandemia, a marca das 10 mil unidades vendidas do tipo ônibus por ano foi finalmente alcançada.

O primeiro semestre de 2024 manteve os bons indicadores do setor, considerando-se ainda a demanda reprimida dos anos de Pandemia e o cenário de eleições municipais. Espera-se que o bom desempenho do segmento de transporte público continue para os próximos exercícios.

RESULTADOS

ATIVOS E CARTEIRA DE CRÉDITO

A Caruana encerrou o primeiro semestre de 2024 com um total de ativos de R\$ 1.149.906 mil (R\$ 1.137.517 mil em 31 de dezembro de 2023), dos quais as operações de crédito representam R\$ 996.416 mil (R\$ 980.649 mil em 31 de dezembro de 2023), indicando aumento de 1,61% no período.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Atuando de forma conservadora, a Caruana permanece realizando captação de recursos trabalhando em conjunto com ampla base de Corretoras e atuando com distribuição própria, sempre optando pelas emissões sem resgate antecipado, mantendo elevado nível de liquidez.

A Caruana encerrou o primeiro semestre de 2024 com um total de R\$ 963.092 mil em recursos captados contra R\$ 959.569 mil em 31 de dezembro de 2023, apresentando alta de 0,37% no período.

PATRIMONIO E LUCRO LIQUIDO

A Sociedade encerrou o semestre com resultado positivo de R\$ 7.721 mil (contra lucro de R\$ 7.412 mil no mesmo período do exercício anterior) e o Patrimônio Líquido encerrou o período em R\$ 135.896 mil (R\$ 129.149 mil em 31 de dezembro de 2023).

RECEITAS

Seguindo seu planejamento estratégico, a Caruana tem trabalhado para aumentar suas receitas com operações de crédito e prestação de serviços, resultando no crescimento de 41% nesse semestre quando comparado ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 117.171 mil no primeiro semestre de 2024 contra R\$ 83.102 mil no primeiro semestre de 2023). Ainda assim, o resultado foi impactado por investimentos em tecnologia e em despesas voltadas à implantação de serviços de meio de pagamento, direcionados ao setor de transporte de passageiros.

ÍNDICE DE BASILÉIA

O Patrimônio de Referência representou 14,82% dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) em junho de 2024, evidenciando assim, ampla margem em relação ao mínimo regulatório exigido pelo Banco Central do Brasil (10,50% em 30/06/2024). Os relatórios detalhados sobre a estrutura de gerenciamento de capital, de risco operacional, mercado, liquidez, crédito e socioambiental encontram-se disponíveis ao público no site da Sociedade.

DESTAQUES

A Caruana manteve no exercício de 2024 sua classificação de **Investment Grade**, divulgada pela agência **Standard & Poor's**, com manutenção da perspectiva estável.

A Sociedade continua em franca operação como Instituição de Pagamento, aumentando ainda mais sua atuação no segmento de varejo por meio da prestação de serviços de pagamento, atendendo ao público alvo do segmento mediante a emissão de cartões pré-pagos e pós-pagos com uma das principais bandeiras do mercado.

Alinhado a sua estratégia, a Caruana permanece operando com o Fundo Garantidor de Investimento (**FGI Tradicional – BNDES**), configurando-se como a primeira instituição a ser aprovada dentro dos novos conceitos de habilitação.

A Sociedade segue investindo em seus Colaboradores com treinamentos, benefícios e instrumentos que possibilitem sua satisfação no âmbito da organização, pois em conjunto com clientes, fornecedores e sistemas de gestão corporativa de informações, constituem seus maiores valores.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores pela dedicação, fatores estes preponderantes para o desenvolvimento e crescimento da Sociedade.

São Paulo, 29 de agosto de 2024.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes aos períodos anteriores

As demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, os quais emitiram seus relatórios em 25 de agosto de 2023 e 22 de março de 2024, respectivamente, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança e Administração da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2024.

Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
Balancos Patrimoniais em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	30/06/2024	31/12/2023	Passivo	Nota explicativa	30/06/2024	31/12/2023
Circulante		658.857	623.121	Circulante		345.354	399.969
Diponibilidades	4	717	621	Instrumentos Financeiros		340.356	383.300
Instrumentos Financeiros		628.133	587.853	Depósitos		313.854	280.922
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	0	29.997	Depósitos a prazo	10	272.593	253.404
Titulos e Valores Mobiliários		28.357	27.103	Outros depósitos		41.261	27.518
Cotas de Fundos de Investimento	6	828	566	Recursos de Aceites Cambiais	10	26.502	102.378
Vinculados a prestação de garantias	6	27.529	26.537	Recursos de aceites cambiais		26.299	101.793
				Recursos de aceites letras imobiliarias		203	585
Relações Interfinanceiras		47.146	33.761	Relações Interfinanceiras		193	240
Operações de Crédito	7	549.650	491.510	Transações de pagamento		193	240
Setor privado – Empréstimos		310.495	342.370	Outras Obrigações		4.805	16.429
Setor privado – Financiamentos		261.459	172.224	Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes		250	165
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(22.304)	(23.084)	Fiscais e previdenciárias	11a	1.128	1.727
Outros Créditos	9	2.980	5.482	Diversas	11b	3.427	14.537
Valores a receber relativos a transações de pagamento	7 e 7g	1.010	895				
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(15)	(15)				
Diversos		1.985	4.602				
Outros Valores e Bens		30.007	34.647				
Outros valores e bens	3l	28.193	33.313				
(-) Provisão para desvalorização	3l	(1.023)	(1.593)				
Despesas antecipadas		2.837	2.927				
Não Circulante		491.049	514.396	Não Circulante		668.656	608.399
Instrumentos Financeiros		437.815	454.553	Instrumentos Financeiros		668.656	608.399
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	25.000	0	Depósitos	10	630.642	566.818
Titulos e Valores Mobiliários	6	7.120	6.762	Depósitos a prazo		630.642	566.818
Vinculados a prestação de garantias		7.120	6.762	Recursos de Aceites Cambiais	10	2.749	8.169
Operações de Crédito	7	405.695	447.791	Recursos de aceites cambiais		2.099	7.733
Setor privado – Empréstimos		185.668	203.268	Recursos de aceites letras imobiliarias		650	436
Setor privado – Financiamentos		237.784	261.892	Outras Obrigações		35.265	33.412
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(17.757)	(17.369)	Provisão para riscos	11b e 12b2	4.659	4.612
Outros Valores e Bens		3.078	3.162	Dívidas subordinadas	10a	30.606	28.800
Despesas antecipadas		3.078	3.162				
Ativos Fiscais Diferidos	9 e 9a	47.624	54.363	Patrimônio Líquido		135.896	129.149
Investimentos		270	270	Capital Social - (Domiciliado no País)	13	127.714	127.714
Outros Investimentos		270	270	Reserva de Lucros	13b	8.182	1.435
Imobilizado de Uso		1.017	622				
Outras imobilizações de uso		3.862	3.371				
(-) Depreciações acumuladas		(2.845)	(2.749)				
Intangível		1.245	1.426				
Ativos intangíveis		7.891	7.682				
(-) Amortização acumulada		(6.646)	(6.256)				
Total do Ativo		1.149.906	1.137.517	Total do Passivo		1.149.906	1.137.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
Demonstrações do resultado para os
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto o (prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota explicativa	30/06/2024	30/06/2023
Receitas de intermediação financeira		116.826	84.394
Operações de crédito	7h e 8b	111.332	76.454
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	1.812	3.562
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	3.682	4.378
Despesas de intermediação financeira		(73.989)	(44.162)
Operações de captação no mercado	10	(58.657)	(49.262)
(Provisões)/ Reversão para perdas esperadas associadas ao risco de cré	7f	(15.332)	5.100
Resultado bruto da intermediação financeira		42.837	40.232
Outras receitas/(despesas) operacionais		(26.871)	(26.429)
Receitas de prestação de serviços	14	5.839	6.648
Despesas de pessoal		(4.840)	(3.365)
Outras despesas administrativas	16	(24.296)	(26.046)
Provisões para riscos		(46)	(1.152)
Despesas tributárias		(2.669)	(2.133)
Outras receitas operacionais	15a	31	303
Outras despesas operacionais	15b	(890)	(684)
Resultado operacional		15.966	13.803
Resultado não operacional		(1.945)	(1.284)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		14.021	12.519
Imposto de renda e contribuição social	18	(6.300)	(5.107)
Provisão para imposto de renda		(175)	(307)
Provisão para contribuição social		(118)	(196)
Impostos diferidos		(6.007)	(4.604)
Lucro do semestre		7.721	7.412
Número de Ações - Média Ponderada		83.233.362	82.417.322
Lucro por lote de mil ações - Básico e Diluído - R\$	3k	92,7635	89,9349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do resultado abrangente para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Lucro do semestre	7.721	7.412
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	7.721	7.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de lucros		Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	123.379	3.060	-	-	(5.081)	121.358
Aumento de Capital	3.060	(3.060)	-	-	-	-
Lucro do semestre	-	-	-	-	7.412	7.412
Destinações:						
Reserva de lucro	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	370	-	(370)	-
Saldos em 30 de junho de 2023	126.439	-	370	0	1.961	128.770
Saldos em 31 de dezembro de 2023	126.439	1.275	456	980	-	129.150
Aumento de Capital	1.275	(1.275)	-	-	-	-
Lucro do semestre	-	-	-	-	7.721	7.721
Destinações:						
Reserva de lucro	-	-	-	7.335	(7.335)	-
Reserva Legal	-	-	386	-	(386)	-
Dividendos pagos	-	-	-	(975)	-	(975)
Saldos em 30 de junho de 2024	127.714	-	842	7.340	-	135.896

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
 Demonstrações dos fluxos de caixa para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais)

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado do semestre	29.349	5.617
Lucro do semestre	7.721	7.412
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido	21.628	(1.795)
Provisão / (Reversão) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	15.332	(5.100)
Depreciações e amortizações	520	515
Reversão para desvalorização de outros valores e bens	(570)	(3.469)
Impostos diferidos e correntes	6.300	5.107
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	46	1.152
Variação de ativos e passivos operacionais	(27.543)	(5.276)
Redução aplicações interfinanceiras de liquidez	4.996	63.040
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(1.613)	(1.714)
(Aumento)/Redução em Relação Interfinanceiras	(13.386)	(3.007)
(Aumento)/Redução em operações de crédito	(31.491)	(102.588)
(Aumento) em outros créditos	2.788	(986)
Redução em outros valores e bens	5.295	24.080
(Redução) em outras obrigações	(11.184)	(4.267)
Aumento em depósitos a prazo	83.014	83.471
(Redução) em outros depósitos	13.743	(8.628)
(Redução) em recursos de aceites cambiais	(81.296)	(54.069)
Aumento em dívidas subordinadas	1.806	1.945
(Redução) em Relações Interfinanceiras	(45)	(2.154)
IRPJ e CSLL pagos	(170)	(399)
Caixa líquido gerado pelas nas atividades operacionais	<u>1.806</u>	<u>341</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(526)	(109)
Aquisição de Intangível	(209)	(212)
Caixa líquido pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>(735)</u>	<u>(321)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos Pagos em 2023	(975)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<u>(975)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>(975)</u>	<u>-</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>96</u>	<u>20</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	621	385
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	717	405
Aumento líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>96</u>	<u>20</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Caruana” ou “Sociedade”), sociedade anônima de capital fechado, situada na Av. do Café 277, 4º andar conjunto 402 – Torre A, tendo como controladora a Caruana S.A Participações e Empreendimentos, iniciou suas atividades em 26 de fevereiro de 2008 por meio da autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), publicada no Diário Oficial da União no dia 2 de janeiro de 2008.

Em 15 de fevereiro de 2017, fomos autorizados pelo BACEN a prestar serviços de pagamento em arranjos de pagamentos integrantes do Sistema Brasileiro de Pagamentos (SPB), na modalidade de emissora de moeda eletrônica (IP), possibilitando, assim, sua continuidade como administradora de meios eletrônicos de pagamento, originalmente previsto como atividade complementar em seu objeto social.

Os objetivos estratégicos estabelecidos e aprovados pelo BACEN são observados em sua totalidade e consistem na concessão de crédito, financiamento e investimento para o setor de mobilidade urbana, especialmente por meio do crédito direto ao consumidor para financiar a aquisição de ônibus novos e seminovos, bem como na realização de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à sua carteira, de acordo com as disposições legais e regulamentares na condução de seus negócios.

Em 30 de junho de 2024, as atividades da Caruana foram pautadas:

- a) na continuidade e ampliação do seu mercado foco de atuação (empréstimo e financiamento ao setor de transporte coletivo de passageiros e sua cadeia produtiva);
- b) continuidade de sua atuação como Administradora de Meio Eletrônico de Pagamentos; e
- c) comercialização de novos produtos de meio eletrônico de pagamentos (cartão pré-pago e cartão pós-pago), direcionados, exclusivamente, ao setor de atuação da Caruana.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações contábeis está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.

Em aderência ao processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRS”), o CPC emitiu diversos pronunciamentos, porém nem todos homologados pelo CMN. Desta forma a Caruana, na elaboração dessas demonstrações contábeis, considerou, quando aplicável, os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo CMN, quais sejam:

- a) CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- b) CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- c) CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- d) CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- e) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;

- f) CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- g) CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- i) CPC 24 – Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- j) CPC 25 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- k) CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;
- l) CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20;
- m) CPC 41 – Resultado por Ação - Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Circular BACEN nº3.959/19;
- n) CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/19; e
- o) CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes – Resolução CMN 4.924/21.

Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros:

- **Resolução CMN 4.966/21 e alterações posteriores.**

A Resolução CMN nº 4.966/2021 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dentre os quais destacam-se:

- (i) Classificação e Mensuração;
- (ii) Reconhecimento de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito;
- (iii) Atualização dos instrumentos por meio da taxa efetiva de juros contratual e
- (iv) Reconhecimento juros para instrumento financeiro ativo em atraso.

Em complemento a Resolução CMN nº 4.966/21 foi publicada a Resolução BCB nº 352/23 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

- **Plano de implementação Resolução 4.966/21.**

Em cumprimento ao disposto no Art. 76 da Resolução CMN Nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, que estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, harmonizando os critérios contábeis do COSIF com aqueles estabelecidos pela norma internacional (IFRS 9) a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Caruana estabeleceu um cronograma de Implementação composto pelas seguintes atividades:

- Diagnóstico dos produtos e serviços operados;
- Avaliação dos processos, políticas, normativas internas e sistemas;
- Envolvimento das empresas provedoras e processadoras das operações/produtos;
- Elaboração da modelagem e premissas para perdas esperadas nos instrumentos financeiros;
- Avaliação pela Diretoria dos modelos de negócios para a gestão dos instrumentos financeiros e;
- Treinamento e capacitação das unidades envolvidas.

- **Lei nº 14.467/2022, de 16 de novembro de 2022**

Altera o tratamento fiscal para as perdas incorridas em operações com característica de crédito relacionadas às atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido. A lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, em sintonia com a nova norma contábil de instrumentos financeiros.

Além disso, conforme determina a Resolução CMN nº 4.924/21 (vigente a partir de 1º de janeiro de 2022), as instituições financeiras devem observar no reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis, os pronunciamentos técnicos CPC 00 (R2), CPC 01 (R1), CPC 23, CPC 46 e CPC 47.

Sobre o pressuposto da continuidade, as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, as quais abrangem a legislação societária, associadas às normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e do CPC, quando aplicável.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as demonstrações contábeis da Caruana estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 02/20. As contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, em circulante e não circulante; os saldos do balanço patrimonial estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de agosto de 2024.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro-rata dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço por meio dos índices pactuados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários em moeda nacional e estrangeira, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na nota explicativa nº 4.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são registradas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez está apresentada na nota explicativa nº 5.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- **Títulos para negociação:** Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria “Títulos para negociação” e registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.
- **Títulos disponíveis para venda:** Podem ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa no resultado do período.
- **Títulos mantidos até o vencimento:** são os títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até a data de seus respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado.

As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como “hedge accounting” são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa no resultado do período.

A composição e a classificação dos Títulos e valores mobiliários, estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

e) Operações de crédito e perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

As perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atendem ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7e.

f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do semestre e exercício.

g) Imobilizado e intangível

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para sistema de processamento de dados e veículos e 10% a.a. para os demais itens.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

h) Depósitos e letras cambiais/Imobiliárias

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro-rata dia.

i) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o IRPJ determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável e a CSLL pela alíquota de 15% (16% no período de agosto a dezembro 2022).

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre adições e exclusões temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, quando ativados são constituídos pelas alíquotas vigentes nas datas de expectativa de realização. Os créditos tributários serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração, conforme Resolução nº 4.842/20 do BACEN.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com o pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo CPC, obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.

Provisões e passivos contingentes - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

k) Lucro por ação

Seguindo as orientações divulgadas pelo CPC 41, o lucro por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o período - número de ações ordinárias totais com os acionistas no início do período, ajustado pelo número de ações ordinárias readquiridas ou emitidas durante o período, multiplicado por fator ponderador de tempo (número de dias que as ações estão com os acionistas como proporção do número total de dias do período).

l) Outros valores e bens

São reconhecidos os bens de uso não próprio na data do seu recebimento pela Instituição e são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução que lhe deu origem ou o valor justo do bem, líquido de despesas.

Considera-se como data de recebimento a data em que a instituição obteve a posse, o domínio e o controle do bem, observadas as particularidades legais e características de cada tipo de ativo.

m) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Ao determinar e divulgar o valor justos dos instrumentos financeiros, a Caruana utiliza a seguinte hierarquia:

Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;

Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "Fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e

Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

n) Resultado Não Recorrente

A Caruana considera resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidades em moeda nacional	717	621
Total	717	621

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30/06/2024	31/12/2023
Vencimentos até 30 dias		
Revenda a liquidar-Posição Bancada (LFT/LTN/NTN-B)	-	29.997
Vencimentos até 360 dias		
Revenda a liquidar-Posição Bancada (LTN)	-	-
Vencimentos após 360 dias		
Revenda a liquidar-Posição Bancada (LTN)	25.000	-
Total	25.000	29.997

No semestre findo em 30 de junho de 2024, o resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez foi de R\$ 3.682 (R\$ 4.378 em 30 de junho de 2023).

6. Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação	Vencimento	30/06/2024				31/12/2023	
		Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Ajuste a Mercado	Mercado/Contábil	Mercado/Contábil
Títulos Públicos – LFT	Set/24	-	10.945	-	3	10.948	26.537
Títulos Públicos – LFT	Mar/25	-	16.576	-	5	16.581	-
Títulos Públicos – LFT	Mar/26	-	-	-	-	-	6.762
Títulos Públicos – LFT	Set/26	-	-	7.117	3	7.120	-
Cotas de fundos de investimento	Sem vencimento	828	-	-	-	828	566
Total		828	27.521	7.117	11	35.477	33.865

Os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria “títulos para negociação”, possuem negociações ativas e foram valorizados com base nas informações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA, nível 1 hierárquico de valor justo.

No semestre findo em 30 de junho de 2024, o resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários foi de R\$ 1.812 (R\$ 3.562 em 30 de junho de 2023).

7. Operações de crédito

a) Composição das operações de crédito

	30/06/2024	31/12/2023
Operações de crédito		
Capital de Giro	482.130	519.740
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	499.243	434.117
Desconto de Títulos	6.996	8.259
Conta Garantida	4.882	14.995
Cartão de Crédito	2.155	2.643
	995.406	979.954
Outros Créditos	1.010	895
Títulos e créditos a receber (Nota 7g e 9)	1.010	895
Total das operações de crédito	996.416	980.649

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de Reais)



	30/06/2024	31/12/2023
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito – operações de crédito	(40.061)	(40.453)
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito – outros créditos (Nota 9)	(15)	(15)
Total das perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(40.076)	(40.468)
Total de operações de crédito	956.340	940.181

b) Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica

	30/06/2024	31/12/2023
Serviços	978.250	967.393
Comércio	7.713	5.878
Pessoa Física	10.453	7.378
Total	996.416	980.649

c) Composição da carteira de operações de crédito por vencimento

Vencidos	30/06/2024	31/12/2023
Até 30 dias	57.592	2.105
31 a 60 dias	92.346	66.978
61 a 90 dias	37.182	4.065
Acima de 90 dias	27.815	18.817
Subtotal	214.935	91.965
A vencer		
Até 3 meses	114.398	127.068
3 a 12 meses	243.632	296.652
1 a 3 anos	321.389	349.069
3 a 5 anos	94.695	112.717
5 a 15 anos	7.367	3.178
Subtotal	781.481	888.684
Total	996.416	980.649

d) Concentração dos maiores tomadores de crédito

	30/06/2024		
	Valor	% sobre Carteira	% Sobre PL
10 maiores devedores	219.099	21,99	161,23
50 seguintes maiores devedores	528.129	53,00	388,63
100 seguintes maiores devedores	233.490	23,43	171,82
Demais devedores	15.698	1,58	11,55
Total	996.416	100,00	

	31/12/2023		
	Valor	% sobre Carteira	% Sobre PL
10 maiores devedores	217.969	22,23	167,77
50 seguintes maiores devedores	550.349	56,12	426,13
100 seguintes maiores devedores	205.104	20,91	158,81
Demais devedores	7.227	0,74	5,60
Total	980.649	100,00	

e) Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682/99 do CMN

Níveis de Risco	Provisionamento% mínimo requerido pela Res. CMN nº 2.682/99 (%)	30/06/2024				
		Curso normal	Vencidas	Valor total	Perda esperada Res. CMN nº 2.682/99	Provisão existente
A	0,5	236.601	-	236.601	(1.183)	(1.183)
B	1,0	347.827	43.679	391.506	(3.915)	(3.915)
C	3,0	165.319	95.760	261.079	(7.832)	(7.832)
D	10	5.247	64.830	70.077	(7.008)	(7.008)
E	30	14.538	9.715	24.253	(7.276)	(7.276)
F	50	-	51	51	(26)	(26)
G	70	-	43	43	(30)	(30)
H	100	11.949	857	12.806	(12.806)	(12.806)
Total		781.481	214.935	996.416	(40.076)	(40.076)

(*) A Caruana concedeu o montante de R\$ 143.303 em operações de crédito dentro do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito – FGI PEAC E FGI PEAC2, idealizado pelo BNDES como forma de enfrentamento aos efeitos ocasionados pela Pandemia da COVID19, estando estas operações devidamente amparadas por garantias do FGI (80% do principal em aberto das operações), e através do Fundo Garantidor Tradicional (FGT), concedeu o montante de R\$ 171.088, totalizando R\$ 314.391 em operações de crédito junto ao BNDES.

Em 30 de junho de 2024 a Caruana possuía carteira de crédito garantida pelo FGI, segregados da seguinte forma: FGI PEAC E FGI PEAC2 o montante de R\$ 82.009 e FGT o montante de R\$ 136.132, totalizando R\$ 218.141 (R\$ 213.199 até 31 de dezembro 2023).

Níveis de Risco	Provisionamento% mínimo requerido pela Res. CMN nº 2.682/99 (%)	31/12/2023				
		Curso normal	Vencidas	Valor total	Perda esperada Res. CMN nº 2.682/99	Provisão existente
A	0,5	186.845	-	186.845	(934)	(934)
B	1,0	438.419	2.105	440.524	(4.405)	(4.405)
C	3,0	223.654	66.978	290.632	(8.719)	(8.719)
D	10	25.717	4.065	29.782	(2.978)	(2.978)
E	30	2.259	90	2.349	(704)	(704)
F	50	-	15.544	15.544	(7.772)	(7.772)
G	70	-	57	57	(40)	(40)
H	100	11.790	3.126	14.916	(14.916)	(14.916)
Total		888.684	91.965	980.649	(40.468)	(40.468)

f) A provisão para perda esperada apresentou a seguinte movimentação nos semestres

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	40.468	31.561
Constituição	17.738	22.525
Reversão	(2.406)	(7.390)
Baixas de créditos contra prejuízo	(15.724)	(6.228)
Saldo final	40.076	40.468

A perda esperada é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

O valor reconhecido de provisão para perda esperada em 30 de junho de 2024 foi de R\$ 15.332 (R\$ 15.135 em dezembro de 2023).

g) Operações com cartões de crédito – A Faturar

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estavam assim representadas:

	30/06/2024	31/12/2023
Ativo		
Saldos a receber de clientes (Nota 9)	1.010	895
Total	1.010	895

h) Resultado das operações de crédito

	30/06/2024	30/06/2023
Rendas de empréstimos		
Capital de Giro	52.245	55.972
Cartão de Crédito	1.041	1.507
Conta Garantida	2.618	936
Rendas de Desconto de Títulos		
Desconto de Títulos	618	886
Rendas de financiamentos		
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	54.810	17.153
Total	111.332	76.454

8. Estoque de créditos renegociados

a) Renegociados:

	30/06/2024	31/12/2023
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	4.093	648
Capital de Giro	18.244	15.527
Total	22.337	16.175

b) Recuperados de Prejuízo:

	30/06/2024	30/06/2023
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	5.812	166
Cartão de Crédito	114	129
Capital de Giro	4.957	54
Desconto	110	-
Total	10.993	349

9. Outros créditos diversos

	30/06/2024	31/12/2023
Ativos Fiscais Diferidos (Nota 9a)	47.624	54.363
Impostos e Contribuições a compensar	480	310
Adiantamento para pagamento de nossa conta	-	199
Adiantamentos e antecipações salariais	158	22
Títulos e créditos a receber (i) (Nota 7a e 7g)	1.010	895
Devedores diversos no País (ii)	1.347	4.071
(-) Perdas esperadas (Nota 7a)	(15)	(15)
Total	50.604	59.845

- (i) Referem-se às operações de cartão de crédito faturadas e não vencidas e operações a faturar.
(ii) Refere-se substancialmente a recebimentos de operações de crédito cuja liquidação é concluída em dia subsequente.

a) Ativos Fiscais Diferidos

Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 4.842/20 do CMN, o reconhecimento contábil dos ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, deve atender, de forma cumulativa, as seguintes condições: (I) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos; (II) apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência. Além destas condições, os valores efetivamente realizados em dois períodos consecutivos devem ser superiores a 50% ao previsto para igual período no estudo técnico. A Caruana atendeu aos requisitos para manutenção dos créditos tributários reconhecidos.

Descrição	Saldo 31/12/2023	Constituições / Reversões	Saldo 30/06/2024
Diferenças temporárias			
Operações de Crédito e Outros Créditos	16.187	(157)	16.030
Crédito baixados como prejuízo - indedutível temporariamente	35.694	(6.375)	29.319
Provisão para desvalorização de BNDU	637	(228)	409
Provisão para processos cíveis, trabalhistas e previdenciárias	1.845	19	1.864
Ajuste a valor de mercado	-	2	2
Total	54.363	(6.739)	47.624

Descrição	Saldo 31/12/2022	Constituições / Reversões	Saldo 31/12/2023
Diferenças temporárias			
Operações de Crédito e Outros Créditos	12.624	3.563	16.187
Crédito baixados como prejuízo - indedutível temporariamente	42.751	(7.057)	35.694
Provisão para desvalorização de BNDU	2.651	(2.014)	637
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	1.358	487	1.845
Total	59.384	5.021	54.363

A realização dos créditos tributários foi baseada em estudo técnico interno que demonstra a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

Diferenças Temporárias							
30/06/2024				31/12/2023			
Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2024	6.713	4.028	10.741	2024	3.961	2.376	6.337
2025	6.285	3.771	10.056	2025	3.781	2.269	6.050
2026	5.657	3.394	9.051	2026	3.206	1.923	5.129
2027	6.045	3.627	9.672	2027	3.946	2.368	6.314
2028	411	246	657	2028	3.274	1.964	5.238
+ 5 anos	4.654	2.793	7.447	+ 5 anos	15.809	9.486	25.295
Total	29.765	17.859	47.624	Total	33.977	20.386	54.363

A Administração, com base nas suas projeções de resultados refletidas no estudo técnico aprovado, entende que irá auferir resultados tributáveis em mais de cinco anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações contábeis. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações contábeis. O valor presente descontado pelas taxas médias CDI, monta R\$ 37.161 (R\$ 35.083 em 30 de junho de 2023).

10. Depósitos e recursos de aceites cambiais

	30/06/2024		31/12/2023	
	Depósitos a prazo (*)	Letras de câmbio (**)	Depósitos a prazo (*)	Letras de câmbio (**)
PÓS FIXADO				
Até 3 meses	61.451	8.202	15.382	31.834
De 3 a 12 meses	175.106	4.409	149.807	16.386
Acima de 12 meses	614.341	1.791	543.194	4.328
Total Pós Fixado	850.901	14.402	708.383	52.548
PRÉ FIXADO				
Até 3 meses	17.208	5.831	37.813	14.526
De 3 a 12 meses	18.825	8.060	50.402	39.632
Acima de 12 meses	16.301	958	23.624	3.841
Total Pré-fixado	52.334	14.849	111.839	57.999
Total	903.235	29.251	820.222	110.547

(*) Do saldo de R\$ 903.235 (R\$ 820.222 em 31 de dezembro de 2023) o montante de R\$ 792.362 (R\$ 708.383 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a captações em depósito a prazo sem compromisso de liquidez, com taxa média de 116,18% do DI (Depósito Interfinanceiro) e o montante de R\$ 110.873 (R\$ 129.037 em 31 de dezembro de 2023) refere-se à captação com garantia especial do Fundo Garantidor de Crédito (DPGE II - Depósito a Prazo com Garantia Especial), com taxa média de 109,10% do DI (Depósito Interfinanceiro).

(**) O montante de R\$ 29.251 (R\$ 110.547 em 2023) refere-se a captações em letras de câmbio com taxa média de 121,40% do DI, e estão registradas na CETIP S.A. – Mercados.

a) Dívidas Subordinadas

	30/06/2024	31/12/2023
Letras Financeiras Subordinadas – LFSN (i)	30.606	28.800
Total	30.606	28.800

(i) Em 30 de outubro de 2015 a Caruana realizou a emissão de 10 Letras Financeiras Subordinadas (LFSN), totalizando R\$ 10.000, com a intenção de alocá-las como Capital Nível 2 para fins de apuração dos limites operacionais impostos pelo BACEN e especificados no Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO). O ato foi aprovado pelo BACEN, em 15 de dezembro de 2015. Título renovado em 25 de julho de 2019, com vencimento em 25 de julho 2029.

b) Outros Depósitos

	30/06/2024	31/12/2023
Contas pagamento Pré-Pago	41.261	27.518
Total	41.261	27.518

No semestre findo em 30 de junho de 2024 houve despesa com operações de captação no mercado no montante de R\$ 58.657 (R\$ 49.262 em 30 de junho de 2023).

11. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para impostos e contribuições sobre lucro	292	108
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	72	59
Impostos e contribuições sobre salários	309	353
Provisão para impostos e contribuições diferidos	-	733
Outros	455	474
Total	1.128	1.727

b) Diversas e Provisão para Riscos

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para pagamentos a efetuar	1.694	626
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4.659	4.612
Parcelado lojista	465	259
Saldos a ressarcir aos portadores de cartão	310	289
Credores diversos – País	958	13.363
Total	8.086	19.149

12. Provisões, contingências ativas, passivas e obrigações legais

a) Ativos contingentes:

Em 30 de junho de 2024 e de 2023, não existem processos classificados pela Administração como ativos contingentes.

b) Processos judiciais classificados como perdas prováveis e obrigações legais:

b.1) Provisões trabalhistas e previdenciárias:

São compostas, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e por ex-funcionários de empresas terceirizadas com pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Neste saldo inclui-se também o montante de R\$ 4.585 (R\$ 4.561 (trabalhistas) e R\$ 51 (cíveis) em 31 de dezembro de 2023) relativos a provisões para cobertura de riscos trabalhistas e previdenciários e o montante de R\$ 74 relativos a provisões de processos cíveis, oriundos dos processos operacionais da Caruana. Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

b.2) Provisões cíveis:

São compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de Cartões com pedido de indenização por danos morais e danos materiais, entre outros. São efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer dos consultores jurídicos externos.

As movimentações das provisões para riscos e obrigações legais, ocorridas no semestre, estão abaixo apresentadas:

	30/06/2024			31/12/2023
	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis	Total	Total
Saldo no início do semestre	4.561	51	4.612	3.396
Constituições	1.232	44	1.276	3.227
Realizações/reversões	(1.208)	(21)	(1.229)	(2.011)
Saldo no final do semestre	4.585	74	4.659	4.612

c) Processos judiciais classificados como perdas possíveis:

Em 30 de junho de 2024 os processos judiciais classificados como perdas possíveis estão representados por 01 processos de natureza trabalhista no valor de R\$ 61 (R\$ 344 em 31 de dezembro de 2023) e 59 processos de natureza cível no valor de R\$ 4.337 (R\$ 4.214 em 31 de dezembro de 2023) que totalizam R\$ 4.398 (R\$ 4.558 em 31 de dezembro de 2023), com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis estão representados, substancialmente, pelos processos de (i) ações revisionais de juros de contratos de empréstimos e financiamentos e (ii) ações indenizatórias decorrentes da realização de operações financeiras.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social:

O capital social em 30 de junho de 2024 é de R\$ 135.896, representado por 83.233.362 (82.417.322 em 30 de junho de 2023) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal.

b) Reserva legal:

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No semestre findo em 30 de junho de 2024 foi constituído o montante de R\$ 386.

c) Dividendos:

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. No semestre findo em 30 de junho de 2024, houve distribuição de dividendos no montante de R\$ 975.

d) Remuneração do capital próprio:

No semestre findo em 30 de junho de 2024, não houve distribuição de Juros sobre Capital Próprio.

As informações estão aderentes a Resolução 4.820 BACEN de 29 de maio 2020.

e) Reserva estatutária:

A Reserva Estatutária fica à disposição dos acionistas para futuro aumento de capital.

No semestre findo em 30 de junho de 2024 houve distribuição como antecipação de dividendos através de reserva estatutária o montante de R\$ 975.

14. Receitas de prestação de serviços

	30/06/2024	30/06/2023
Tarifas sobre operações de crédito	4.395	3.294
Tarifas sobre cartão	1.366	3.225
Receita comissões	78	129
Total	5.839	6.648

15. Outras receitas/despesas operacionais

a) Outras receitas operacionais

	30/06/2024	30/06/2023
Outras rendas operacionais	31	303
Total	31	303

b) Outras despesas operacionais

	30/06/2024	30/06/2023
Atualização de impostos	(6)	(18)
Provisões passivas	(393)	(484)
Outras despesas operacionais	(491)	(182)
Total	(890)	(684)

16. Outras despesas administrativas

	30/06/2024	30/06/2023
Despesas de processamento de dados	(8.504)	(7.792)
Despesas com serviços técnicos especializados	(3.181)	(3.231)
Despesas com aluguéis	(2.982)	(3.767)
Despesas de serviços de terceiros	(2.569)	(4.549)
Outras despesas administrativas	(2.464)	(2.172)
Despesas com honorários da diretoria	(1.532)	(1.262)
Despesas de viagens no País	(614)	(1.076)
Despesas do serviço financeiro	(598)	(662)
Despesas com depreciação e amortização	(520)	(515)
Despesas de comunicação	(545)	(446)
Despesas com veículos apreendidos	(579)	(330)
Despesas de propaganda e publicidade	(80)	(171)
Despesas com relações públicas	(95)	(69)
Despesas de publicações	(33)	(4)
Total	(24.296)	(26.046)

17. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

Descrição	30/06/2024		31/12/2023	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Buspay S.A. – aplicação financeira	(150)	(7)	-	-
Caruana S.A. – Participações e Empreendimento (i) - capital de giro	1.879	416	2.140	416
Soma Participações S.A. – capital de giro	218	68	1.581	1.741
H.I.M. Empreendimentos e Participações S.A. – capital de giro	2.539	952	1.854	663

b) Remuneração da Administração

Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R\$ 1.532 em 30 de junho de 2024 (R\$ 1.262 em 30 de junho de 2023).

A Sociedade concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não monetários, tais como assistência médica, vale alimentação e refeição. A Sociedade não concede benefícios pós-emprego ou outros programas de remuneração de longo prazo.

18. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	30/06/2024	30/06/2023
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	14.021	12.519
Encargo total do Imposto de Renda e Contribuição Social, de acordo com alíquota vigente)	5.394	4.893
Efeito do IRPJ e CSLL		
Diferenças Permanentes	569	287
Diferenças Temporárias (i)	336	(73)
Imposto de Renda e da Contribuição Social	6.299	5.107

(i) Em 30 de junho de 2024, a Caruana Financeira Sociedade de Crédito, não apresentou movimentação de Ativos fiscais diferidos não ativados ((R\$ 73) em 30 de junho de 2023).

19. Limites operacionais

A Caruana encontra-se enquadrada nos limites operacionais, apresentando a seguinte posição:

Limites operacionais	30/06/2024		
	Exigência (Limite)	Situação	Margem
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA - Resolução nº 4.958/21(*)	89.235	165.256	76.021
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA - Resolução nº 4.958/21 (*)	66.927	134.651	67.724
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA - Resolução nº 4.958/21 (*)	50.195	134.651	84.456
Adicional de Capital Mínimo Requerido para RWA – Resolução nº 4 193/13 (*)	27.886	67.724	39.838
Índice de imobilização - Resolução nº 4.957/21 (*)	82.628	1.287	81.341
PL realizado mínimo - Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	135.895	128.895
Capital realizado mínimo - Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	127.714	120.714
Índice Basileia	10.50%	14,82%	4,32%

Limites operacionais	31/12/2023		
	Exigência (Limite)	Situação	Margem
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA - Resolução nº 4.958/21 (*)	84.871	156.524	71.653
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA - Resolução nº 4.958/21 (*)	63.653	127.724	64.071
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA - Resolução nº 4.958/21 (*)	47.740	127.724	79.984
Adicional de Capital Mínimo Requerido para RWA – Resolução nº 4.958/21 (*)	26.522	64.070	37.548
Índice de imobilização - Resolução nº 4.957/21 (*)	78.262	892	77.370
PL realizado mínimo - Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	127.446	120.446
Capital realizado mínimo - Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	127.714	120.714
Índice Basileia	10,50%	14,75%	4,25%

(*) E alterações complementares.

19.1 Processo de Gestão, Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e Ouvidoria

a) Governança:

A Administração da Caruana entende que decisões colegiadas são fundamentais para a evolução da Sociedade. Dessa forma, por meio de políticas, realizou a constituição de Comitês e Grupos de Trabalho, formados por componentes da própria Administração e por Gestores Seniores. Continuamos acreditando nos processos de gestão e que tal acultamento leva a Sociedade às melhores práticas de governança corporativa estruturado de forma a garantir a devida segregação de interesses fundamentado nos princípios da transparência, estabilidade e eficiência operacional, necessários para o direcionamento da instituição em sua trajetória de crescimento e criação de valor.

b) Controles Internos:

A Sociedade vem desenvolvendo e aperfeiçoando os sistemas de Controles Internos, compatíveis com o tamanho e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos pela organização, tornando-os acessíveis a todos os colaboradores, assegurando que sejam conhecidos todos os processos e as responsabilidades atribuídas em seus diversos níveis. A Sociedade conta com ferramenta informatizada, sob gestão da Área de Controles Internos, cujo objetivo é acompanhar a execução dos controles relevantes e obrigações legais e regulamentares. Além disso, a área participa de diversas atividades, tais como, a normatização e padronização de políticas institucionais dos principais processos organizacionais, acompanhamento de mudanças legais que possam impactar as atividades e diretrizes organizacionais e o monitoramento de movimentações financeiras, à luz da normatização de prevenção à lavagem de dinheiro.

Para atendimento aos requisitos do Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (“PLD”), contemplamos nas rotinas diárias, sistemas, procedimentos e controles para as operações, de forma a normatizar, acompanhar, monitorar e agir nos casos suspeitos de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo, detecção e prevenção de operações cujas características possam indicar a existência de crimes por lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores conforme a Lei nº 9.613/98, com a atuação sob a responsabilidade da unidade de Compliance e Controles Internos da Caruana, adotando sistemas de controles e de monitoramentos sobre operações ativas e passivas, imprimindo especial atenção à função cadastro, com a finalidade de prevenir a realização de operações que possam contrariar a regulamentação da prevenção à lavagem de dinheiro, entendendo ser sua responsabilidade subsidiária atuar no combate a operações da espécie.

A nossa estrutura proporciona, de forma independente e autônoma das demais áreas, a segurança operacional e confiabilidade, visando a busca da conformidade por meio de ações corretivas e preventivas necessária para a tomada de decisão do Comitê de PLD.

c) Gerenciamento de Riscos:

No gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, e na gestão de capital, estamos realizando o acompanhamento e monitoramento com a frequência necessária à segurança das operações. Os investimentos complementares realizados no período são compatíveis com o tamanho e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos. A estrutura de Gerenciamento de Riscos da Caruana é composta pelo Gestor de Riscos, Grupo de Levantamento e Monitoramento de Riscos, Comitê de Riscos e Diretor Responsável por Gestão de Riscos, caracterizando-se pela atuação complementar e integrada de forma a suportar, avaliar e monitorar os processos, procedimentos e controles relacionados ao gerenciamento dos riscos. O detalhamento dos processos e as informações pertinentes à gestão de riscos, conduzidos pela Caruana, conforme determina a regulamentação em vigor, se encontram disponibilizados em relatório de acesso público, em nossa página da internet, na rede mundial de computadores.

Além disso, a Caruana utiliza tecnologias e ferramentas já existentes na atual estrutura, adaptadas às necessidades do mercado brasileiro, com o propósito de identificar, monitorar e mitigar, de maneira efetiva e contínua, com base no conjunto de normas e procedimentos, de ordem interna e externa, assegurando o cumprimento das determinações legais e regulamentares, com as melhores práticas de mercado.

d) Ouvidoria:

Atenta aos direitos do consumidor, a Caruana mantém a Ouvidoria como canal de comunicação para o registro das manifestações dos clientes (www.caruanafinanceira.com.br), buscando soluções tempestivas e mediando os conflitos, de acordo com as necessidades e exigências dos clientes. Entendemos que a Ouvidoria é um importante instrumento de gestão de processos, de qualidade dos serviços oferecidos aos nossos clientes e de controles internos. Os canais são divulgados nos instrumentos contratuais, bem como nos ambientes de visita física e eletrônica dos nossos clientes (escritório e página de internet), atendendo, registrando, esclarecendo e analisando às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços, bem como encaminhando as respostas conclusivas aos demandantes das ocorrências. Elaboramos e disponibilizamos à auditoria interna e a Diretoria da instituição, semestralmente, relatório das atividades desenvolvidas pela ouvidoria.

20. Análise de sensibilidade

Em cumprimento ao artigo 35º da Resolução BCB nº 2/20, a instituição realizou análise de sensibilidade através da aplicação do programa de Teste de Estresse, adotando os seguintes cenários descritos abaixo:

Cenário I:

Degradação de 1 grau de rating para 10% da exposição

Cenário II:

Degradação de 1 grau de rating para 20% da exposição

Cenário III:

Degradação de 2 graus de rating para 10% da exposição

	Efeitos no Resultado			
	Exposição Atual	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Risco de Crédito	956.340	(4.618)	(9.236)	(14.941)

21. Resultado não recorrente

Nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2024 não ocorreram resultados não recorrentes.

22. Outros assuntos

a) Impactos dos eventos climáticos ocorridos no estado do Rio Grande do Sul (RS)

Em decorrência dos eventos climáticos que atingiram o estado do Rio Grande do Sul em abril de 2024. A Caruana S.A na data de divulgação dessas demonstrações financeiras, não identificou impactos significativos.

23. Eventos Subsequentes

Em 30 de julho de 2024 conforme ata de reunião da diretoria, foram distribuídos a título de antecipação de dividendos o montante de R\$ 950.